

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES EM
DECORRÊNCIA DE SUA PROFISSÃO:REVISÃO DE LITERATURA**

*THE PSYCHIC SUFFERING OF POLICE OFFICERS AS A RESULT OF THEIR
PROFESSION:LITERATURE REVIEW*

Rosemary de O. Boffi SANTOS¹

Roseli D. HAUER²

Tânia M G FURTADO³

RESUMO

Introdução: A atividade profissional do policial militar encontra-se intimamente vinculada a questões de cobrança institucional, disciplina rígida e um alto risco ocupacional, fazendo com que essa categoria profissional apresente um alto grau de vulnerabilidade à produção de sofrimento psíquico, já que seu exercício profissional é marcado por uma rotina de constante tensão e perigo. **Objetivo:** A presente pesquisa visou investigar, a partir de revisão bibliográfica, quais são os principais sofrimentos psíquicos ocasionados em policiais militares em decorrência de sua profissão. **Materiais e métodos:** Foram utilizadas publicações científicas, como artigos, monografias e dissertações, datando do período de 2005 a 2018, consultadas nas bases de dados eletrônicas Scielo, Pepsic e BVS, utilizando os descritores suicídio, psicologia e polícia militar. **Resultados:** Apesar dos altos índices de suicídio entre policiais militares, apresentados pela literatura, pouco se produz e se reflete acerca o sofrimento psíquico ocasionado pela atuação diária desses profissionais. **Considerações finais:** Evidenciando, assim, a necessidade do desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento direcionados a esta população, bem como o desenvolvimento de pesquisas que debrucem-se a desmistificar a imagem social que se construiu do policial militar, ao longo da história.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico, Polícia Militar, Psicologia.

ABSTRACT

Introduction: The professional activity of the military police is closely linked to issues of institutional collection, rigid discipline and a high occupational risk, making this professional category present a high degree of vulnerability to the production of psychic suffering, since its professional exercise is marked by a routine of constant tension and danger. **Objective:** The present research aimed to investigate, from a bibliographical review, what are the main psychic sufferings occasioned by military police officers as a result of their profession. **Materials and methods:** For that, scientific publications such as articles, monographs and dissertations were used, dating from 2005 to 2018, consulted in the electronic databases Scielo, Pepsic and BVS, using the descriptors suicide, psychology and military police. **Results:** Despite the high rates of suicide among military police, presented in the literature, little is produced and is reflected on the psychic suffering caused by the daily performance of these professionals. **Final considerations:** This demonstrates the need for the development of prevention and treatment programs aimed at this population, as well as the development of research aimed at demystifying the social image that has been built up by the military police throughout history.

Keywords: Psychic Suffering, Military Police, Psychology.

¹ Aluna de Graduação em Psicologia na Faculdade Uniandrade

² Mestre em Psicologia, Coordenadora e Professora do curso de Psicologia da Faculdade Herrero

³ Mestre em Psicologia, Professora da Faculdade Herrero e Faculdade Uniandrade
e-mail correspondente: taniangfurtado@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sofrimento psíquico, de acordo com a psicanálise, pode se manifestar através dos sintomas, angústias, inibições, bem como, por meio da compulsão à repetição, constituindo-se, assim, em uma experiência subjetiva, visto que cada indivíduo, vivencia um mesmo evento de maneiras distintas¹. Dessa forma, o sofrimento psíquico pode ser entendido como um conjunto de fatores psicológicos atrelados a sentimentos desagradáveis ou emoções que afetam o nível de funcionamento adequado do sujeito, fugindo de seu domínio pessoal e ocasionando sofrimento a este².

Atualmente, o impacto do trabalho na saúde dos indivíduos vem conquistando espaço como foco de estudos, pois, quando o peso psíquico do trabalho é elevado, este se torna fonte de tensão e desprazer, apresentando como consequências fadiga, astenia e outras patologias³.

No que tange à atividade profissional do policial militar, faz-se necessário considerar que, tal profissão possui como missão constitucional o dever de preservar a ordem pública, bem como, a segurança e a proteção das pessoas e do patrimônio⁴. Tal missão é executada por meio de policiamento ostensivo, com a prisão de sujeitos que transgridem as leis, através das orientações e advertências aos cidadãos, bem como, por meio da atuação nos mais diversos tipos de ocorrência⁴.

No entanto, trata-se de uma atividade, intimamente vinculada a muita cobrança institucional, disciplina rígida e um alto risco ocupacional, fazendo com que este profissional enfrente, diariamente, situações que podem provocar danos a outrem ou à sua própria integridade^{2,5}. Entende-se, portanto, que se trata de uma categoria profissional com alto grau de vulnerabilidade à produção de sofrimento psíquico, visto que seu exercício profissional é marcado por uma rotina onde a tensão e os perigos são constantes⁵.

As atividades de policiamento estão diretamente associadas a distúrbios do sono, o que ocasiona diversas consequências, tais quais, a condução perigosa de veículos, erros administrativos, sentimentos de raiva de maneira descontrolada, violação da segurança por conta da fadiga e ao absenteísmo⁶. Há de se considerar, também, o fato da constante exposição desses profissionais à tragédia humana, o qual coloca os policiais militares em maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, além de um potencial risco para o abuso de álcool e outras drogas^{6,7}.

Atrelada a isso existe, ainda, a questão do trabalho do policial militar ocupar um território de controvérsias, onde a mídia veicula o trabalho de tais profissionais tanto a ações de combate ao crime, dando a estes a posição de heróis, quanto a ações de corrupção ou de morte de inocentes, mostrando-os como vilões⁵. Contudo, no Brasil, particularmente, até o presente momento não se produziu muito em relação aos processos de adoecimento de policiais militares^{8,9}. Tal desinteresse acadêmico incide na falta de conhecimento acerca do sofrimento

físico e psíquico desses profissionais, expostos constantemente a situações complexas, hostis e, algumas vezes, até desumanas^{8,9}.

Visto o crescente número de policiais militares acometidos pelos mais diversos sofrimentos psíquicos e a escassez de pesquisas voltadas para a temática, o presente artigo apresentou como objetivo geral investigar, a partir de revisão bibliográfica, quais são os principais sofrimentos psíquicos ocasionados em policiais militares em decorrência de sua profissão. Tendo como objetivos específicos conceituar o sofrimento psíquico, levantar os principais problemas psíquicos decorrentes do trabalho do policial militar, relacionar tais sofrimentos psíquicos as funções exercidas pelos policiais militares e investigar as estratégias de prevenção e tratamento disponíveis, no Brasil, para atendimento desta população.

A relevância do estudo está, não somente, na necessidade da constante conscientização e despertar do olhar empático da população para com esses profissionais, mas também na importância de gerar conhecimento e capacitar profissionais da área, no intuito de torná-los ativos e protagonistas na identificação da problemática, considerando que, o envolvimento e a conscientização do trabalhador acontecem na medida em que este é participante do processo de identificação dos riscos e assume alguma responsabilidade na transformação desse cotidiano, já que na vivência do trabalho, se materializam os riscos em seus corpos, devido a acidente de trabalho ou doença ocupacional⁶.

A presente pesquisa se justifica, ainda, por debruçar-se na construção de conhecimentos, visando à promoção da saúde dos trabalhadores das instituições policiais, pois se entende que enriquecer o arcabouço teórico e prático sob um olhar crítico e reflexivo a respeito dos ambientes de trabalho, de sua organização e estrutura, agrega valor à área de conhecimento, não somente da Psicologia, mas da área da saúde como um todo, bem como, à área de atuação dos profissionais em questão.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa que objetivou investigar quais são os principais sofrimentos psíquicos ocasionados em policiais militares em decorrência de sua profissão. Para tanto, foram utilizadas publicações científicas, como artigos, monografias e dissertações, datando do período de 2005 a 2018, consultadas nas bases de dados eletrônicas Scielo, Pepsic e BVS, utilizando os descritores suicídio, psicologia e polícia militar.

Ao final da pesquisa, foram selecionados 22 artigos, 03 monografias, 01 dissertação de mestrado e 02 livros. O critério de seleção do referencial bibliográfico foi realizado de acordo com o grau de relevância destes diante da temática principal e/ou dos subtemas relacionados. Portanto, não foi delimitado como corte o ano das publicações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.A. SOFRIMENTO PSÍQUICO: CONCEITUAÇÃO

Ao longo da história o sofrimento humano recebeu diferentes significações, desde castigo dos deuses na Grécia antiga, passando pela bruxaria medieval, onde era entendido como consequência do pecado judaico-cristão¹. O sofrimento sempre exigiu do homem uma explicação¹. A origem da palavra “sofrimento” deriva do grego *pathos*, que significa aquilo que afeta o homem¹. O termo “*pathos*” encontra-se relacionado ao modo afetivo construído por cada sujeito para estar no mundo, relacionando-se não apenas a questões de desequilíbrio, mas fazendo-se presente no dia-a-dia de uma cultura e na vida dos sujeitos que nela encontram-se inseridos¹.

A partir do século XVIII, com o surgimento da Medicina moderna, a dimensão do sofrimento adquire moldes de uma ciência empírica¹. Contudo, a Medicina precisava definir seu objeto de estudo, como consequência, acabou por reduzir a complexidade da experiência individual e subjetiva do sofrimento a algo que pudesse ser submetido a condições regulares, previsíveis e generalizadas¹. Dessa forma, a doença foi reduzida ao corpo do sujeito adoecido, sendo possível e necessário à localização anatômica da doença no corpo, o que permitiu a medicina adequar-se aos critérios de cientificidade¹. Como consequência imediata de tal reducionismo, houve a exclusão do âmbito terapêutico e de tudo o que dizia respeito à dimensão subjetiva do sofrimento¹.

Nesse contexto, a psiquiatria nasce, então, como a disciplina a qual deveria ocupar-se do sofrimento em sua vertente psíquica, ou seja, como a ciência que deveria ocupar-se do estudo das doenças mentais¹. Tal definição de “doença mental” como objeto de estudo da psiquiatria, lança essa ciência em uma espécie de dilema: Na época, algo era entendido como doença apenas se fosse possível sua localização no corpo, a mente, por sua vez, constituía-se exatamente no que não poderia ter apreensão orgânica¹. Uma das saídas encontradas pela psiquiatria, para solucionar tal dilema foi, lançar mão de uma explicação pela via da causalidade orgânica, no intuito de justificar tais alterações patológicas do aparelho mental, decompondo o sofrimento psíquico em seus elementos de base, para então, compreendê-los, classificá-los, estudá-los e tratá-los¹.

No século XX, a psicanálise surge como um campo do saber o qual daria um novo estatuto ao sintoma e/ou sofrimento apresentado pelo sujeito¹. Nesse sentido, o sofrimento psíquico deixa de ser lido na superfície do corpo e passa a ser compreendido como uma mensagem a ser decifrada¹. Embora possa vir a se manifestar como signo corporal, o sintoma se caracteriza por ser uma formação de compromisso que tem por finalidade responder um conflito inconsciente, o qual exerce um papel na própria organização do sujeito, constituindo-se como o porta-voz de seu desejo¹⁰.

Para a psicanálise então, o sofrimento psíquico constitui-se em uma experiência subjetiva, visto que, cada sujeito vivencia um mesmo evento de formas distintas¹. De acordo

com esta linha teórica, tal sofrimento pode manifestar-se por meio da compulsão à repetição ou ainda por meio de sintomas, inibições e angústias¹.

O sofrimento psíquico constitui-se, portanto, como um conjunto de fatores psicológicos atrelados a sentimentos desagradáveis ou emoções que afetam o nível de funcionamento adequado do sujeito e que, embora algumas vezes não caracterizem uma patologia, ocasionam determinados sinais e sintomas que geram sofrimento a este, fugindo de seu domínio pessoal².

Deve-se considerar que o sofrimento é um fenômeno inerente ao trabalho¹¹. Quando o sujeito não encontra recursos para superar e transformar tal sofrimento em prazer, este transforma-se em fonte de sofrimento patológico¹¹. O qual ocorre, quando o sujeito não encontra meios de dar vazão a tal sofrimento, pois a forma como o trabalho se organiza bloqueia suas possibilidades de expressão e negociação¹¹.

Nesse sentido, abordando o sofrimento psíquico do trabalhador, a patologia surge então, quando ocorre o rompimento do equilíbrio e o sofrimento deixa de ser contornável, ou seja, quando o trabalhador já utilizou-se de todos os seus recursos tanto psicoafetivos, quanto intelectuais para responder às demandas impostas pela organização e conclui que não há mais o que fazer para adaptar-se ou para transformar o seu trabalho¹¹.

É possível notar que, na atualidade, há ainda a negação do sofrimento psíquico no campo do trabalho¹². Frequentemente, as intervenções visam maquiagem ou desconsiderar o sofrimento, bem como, as questões psíquicas, buscando encaixá-las em uma lógica estritamente medicalizante⁽¹²⁾.

3. B. O SURGIMENTO DA POLÍCIA MILITAR ENQUANTO INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Em termos históricos, a criação da Polícia Militar enquanto instituição e organização se confunde à história do Brasil, visto que desde o governo de Dom Pedro I, no período imperial, os presidentes das chamadas províncias, não dispunham de meios adequados para a manutenção da ordem pública¹³.

Diante deste cenário, é que a Polícia Militar surgiu como instituição e organização¹³. Inicialmente com um caráter mais direcionado à proteção interna e defesa nacional, do que de atendimento aos fins de segurança pública¹³. Inspirada no modelo da Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX, a Polícia Militar era compreendida como uma estrutura mantenedora de *status quo*, dos interesses das classes mais favorecidas¹³.

Durante décadas, devido à imagem que se tinha da Polícia Militar como um órgão repressor a serviço do governo, muito distante de tornar-se protetor de uma sociedade carente e sedenta por segurança, pouco se falou da Polícia Militar em sua dimensão humana, no intuito de reunir homens e mulheres que estavam a serviço da segurança, representando e atendendo ao Estado¹⁴.

Como consequência, constantes denúncias foram feitas a respeito de ações realizadas por militares, de ordens repressivas e truculentas que desrespeitavam os princípios dos direitos humanos¹⁴. Tal fato contribuiu para um relacionamento cada vez mais distante entre a polícia militar e a sociedade e para a formação, na população geral, de uma visão estigmatizada desses profissionais, como pessoas “desprovidas de coração” e de humanidade¹⁴.

Considerando as mudanças históricas no entendimento e na estrutura organizacional da Polícia Militar, atualmente, esta caracteriza-se como uma instituição a qual conta com uma estrutura extremamente formal, baseada na disciplina e hierarquia, tendo seus poderes delegados de acordo com o grau hierárquico^{4,15}.

Tendo como atividade fim o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, assegurando, desta forma, o bem comum e garantindo os direitos individuais e coletivos de uma sociedade^{4,15}.

Contudo, há ainda hoje, a opinião pública negativa sobre esses profissionais emitidas pelas diversas camadas sociais e que se encontram arraigadas na cultura⁶. Opiniões estas que podem ser explicadas historicamente, visto que, no início do seu processo de desenvolvimento no país, a Polícia Militar possuía a função de proteger os bens e interesses de uma minoria dominante em detrimento dos menos favorecidos, tendo suas ações marcadas por repressões, estigmas e preconceitos, o que deu aos policiais militares o status de “desumanos” e “sem coração”, os quais se repercutem até os dias atuais e apresentam consequências não apenas para o desempenho de suas atividades diárias, mas também para a saúde física e psíquica desses profissionais¹⁶.

4.C. A ATIVIDADE POLICIAL

De maneira geral, ao ingressarem na carreira policial os indivíduos são atraídos por determinadas características, tais como o status derivado da profissão, a possibilidade de ascensão profissional, a estabilidade do concurso público, além de suas motivações pessoais e subjetivas⁹. Ao ingressarem na polícia militar, esses indivíduos, em sua maioria, encontram-se saudáveis, tanto física, quanto psicologicamente, até por conta do alto grau de exigência e disciplina necessários para que tal ingresso ocorra⁵. Contudo, após esse ingresso, com o passar do tempo esses indivíduos começam a perceber os efeitos negativos decorrentes de sua profissão como, a falta de reconhecimento, as perdas dos colegas, a percepção de risco real, bem como o sofrimento psíquico decorrente de suas atividades profissionais⁹.

Além dessas questões, existe ainda, o fato de que “ser policial” está intimamente vinculado ao mito de que o policial militar tem por obrigação resolver todos os conflitos, sem que seja permitido a estes falhas e erros, fazendo com que esses profissionais tendam a assumir para si, uma postura tão rígida quanto à instituição na qual atuam, apresentando dificuldades em assumir outras identidades sociais, tais quais a de marido, filho, pai e/ou amigo^{4,17}.

Esses profissionais carregam consigo ainda, a carga dos problemas sociais, internalizando esse mito de que devem solucionar todos os problemas, já que culturalmente em nossa sociedade a polícia é acionada apenas em situações de anormalidade para solucionar os mais variados conflitos, cabendo ao policial, então, atender tais ocorrências, solucioná-las da melhor maneira possível, bem como, contra argumentar as eventuais críticas que dela possam advir, aspectos que apenas reforçam a internalização da ideia deste profissional como alguém que não está permitido a cometer erros^{4,17}.

Toda essa realidade, permeada por constante tensão, pressão e cobrança, enfrentada diariamente pelos policiais militares, encontra-se intimamente relacionada com o desenvolvimento do sofrimento psíquico desses profissionais^{2,5,6}. Diversos fatores relacionados às condições de trabalho devem ser levados em consideração, quando se pretende identificar as causas de tais sofrimentos^{2,5,6}. No que diz respeito à atuação profissional de policiais militares, questões como a insatisfação com as condições de trabalho, a falta de preparo para a função, o estresse, a carga excessiva de trabalho, as longas jornadas de trabalho, a obrigação “incondicional” de não demonstrar fragilidade, dentre outros fatores, podem estar relacionadas ao desenvolvimento de tais desarranjos psicológicos^{2,5,6}.

Entende-se, portanto, que o policial militar experimenta diversos momentos complexos durante sua vivência profissional, o que exige de si, resiliência e boa capacidade de adaptação para que possa vir a lidar e superar os possíveis efeitos decorrentes das diversas situações vivenciadas no seu cotidiano⁴.

4. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS PSÍQUICOS OCACIONADOS EM POLICIAIS MILITARES EM DECORRENCIA DE SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Quando trata-se da atuação do policial militar, deve-se considerar o fato de que o estresse está diretamente vinculado ao trabalho deste profissional, visto que, suas atividades se desenvolvem constantemente em meio conflitivo, fazendo com que a saúde deste profissional seja afetada drasticamente, não apenas pela operacionalidade de seu trabalho, mas também pelos aspectos organizacionais das instituições policiais⁹. Estudo realizado com policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, indicou que, as corporações policiais destacam-se devido à pesada carga horária de trabalho e sofrimento, que acarretam em desgaste físico e mental⁷.

Em consonância com este raciocínio, outro estudo, também realizado com policiais militares, encontrou a prevalência de bruxismo e estresse na população estudada, tendo os resultados, sugerido uma possível relação entre o papel do estresse emocional como fator predisponente do bruxismo¹⁸. Constatou-se que entre os policiais que apresentavam estresse, 81,8% também apresentaram bruxismo¹⁸. Em estudo, realizado na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, o qual objetivou investigar a ocorrência e a fase de estresse de policiais

militares, encontrou que o estresse ocorreu entre policiais militares de todos os níveis hierárquicos¹⁹.

É válido ressaltar que, estudos indicam que, as atividades profissionais diárias desempenhadas por esses profissionais encontram-se intimamente relacionadas a questões de sofrimento psíquico, como distúrbios do sono, o desenvolvimento Transtornos de Ansiedade, Depressão, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Transtorno de Humor Bipolar, abuso de álcool e outras drogas, bem como ao uso desregrado de medicamentos controlados, podendo levar até ao suicídio^{6,20}.

No que diz respeito ao índice de suicídio entre profissionais da polícia militar, é importante destacar que até mesmo as estatísticas oficiais, as quais são disponibilizadas pelas organizações policiais nacionais, são pouco confiáveis, visto que não há um procedimento padrão na coleta e classificação de dados a respeito da *causa mortis* de tais profissionais, fato este que culmina na geração de taxas instáveis acerca do suicídio entre os profissionais dessa classe²¹.

Um relatório de pesquisa desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas²² no Estado de São Paulo, no ano de 2007, o qual objetivou investigar o impacto das atividades e do ambiente de trabalho sobre a subjetividade de policiais militares e seus desdobramentos, identificou que entre os anos de 1995 a 2005 o índice de morte por suicídio entre policiais militares do Estado de São Paulo oscilou entre 17 e 33 casos por ano²².

Estudo desenvolvido por Miranda e Guimarães (2016)²¹ mostrou que a maior taxa de suicídio encontrada entre policiais militares chegou a ser quatro vezes mais alta quando comparada com a população geral²¹. Segundo informações da Fundação Getúlio Vargas (2007)²², o número de suicídios na polícia militar da capital do Estado de São Paulo foi reduzido após a implantação do Programa de Prevenção e Manifestações Suicidas, conhecido com PPMS²². Em contrapartida, no interior do Estado, onde não há a existência de qualquer programa que atenda essa questão, o número de suicídios aumentou²².

Em estudo que visou investigar o índice de suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) os resultados demonstraram a instabilidade nos dados estatísticos disponibilizados pela Seção de Recursos Humanos do Estado Maior da PMERJ, a qual informou que no período de 1995 a 2009, houve a notificação de 58 suicídios e de 36 tentativas, dados estes que totalizaram 94 casos envolvendo os policiais militares em atividade no Estado²³.

Fazendo um recorte do período de 1995 a 2005, o mesmo estudo demonstrou que as taxas de morte por suicídio entre policiais militares do Rio de Janeiro variaram entre 30,9 e 3,5 por 10 mil policiais na ativa²³. Já as taxas de tentativa de suicídio, neste mesmo período variaram entre 14,1 e 2,8 por 10 mil policiais militares²³. De acordo com a Seção de Recursos Humanos da instituição, no ano de 2004 não ocorreu nenhum registro de tentativa ou de morte por suicídio entre os policiais militares do Estado²³.

Dados do Serviço de Ação Social (SAS), um dos setores da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Paraná (PMPR), indicam que no período entre 2013 a julho de 2016, um total de 21 policiais militares haviam cometido suicídio na polícia Militar do Estado do Paraná²⁴. Havendo um aumento no número de casos ao ano, visto que, no ano de 2013 foram registrados 2 casos de suicídio, já em 2014 esse número aumentou para 4, subindo para 9 no ano seguinte e atingindo uma marca de 6 casos registrados até o mês de julho de 2016²⁴.

Em pesquisa recente, que objetivou contextualizar a influência dos fatores de risco na atividade do policial militar como desencadeantes do cometimento de suicídio dos agentes da corporação no período de 2013 a 2016, encontrou que no ano de 2013 houve dois registros de suicídio entre policiais militares no Estado do Paraná, tendo este número se repetido no ano seguinte⁴. Contudo, de acordo com dados encontrados nessa pesquisa, no ano de 2015 este número cresceu consideravelmente, atingindo uma marca de 9 ocorrências, baixando para 8 no ano de 2016, totalizando 21 casos de suicídio entre policiais militares do Estado do Paraná, no período avaliado⁴. Do total destes casos, deve-se ressaltar que 3 deles envolveram policiais militares inativos⁴.

No que diz respeito ao perfil da amostra, a pesquisa encontrou que do total de casos de suicídio ocorridos entre policiais militares do Estado do Paraná, no período de 2013 a 2016, 86% dos policiais estavam na ativa, enquanto 14% encontravam-se inativos⁽⁴⁾. Apresentando um maior índice entre homens (86%), solteiros (52%), com idade entre 41 a 50 anos (38%), ocupando o posto de soldados (71%), portanto, realizando trabalhos operacionais (67%)⁴. Entre os meios empregados com maior frequência a arma de fogo correspondeu a 76% dos casos, seguido de enforcamento e/ou sufocação (19%) e arma branca (5%)⁴. Dentre os possíveis fatores desencadeantes, destacaram-se as dificuldades no relacionamento (41%) seguido de sintomas depressivos (22%), sintomas psicóticos (11%), dificuldades financeiras (7%), alcoolismo (7%), dificuldades no trabalho (4%) e problemas de saúde (4%)⁴.

Em consonância com estes dados, pesquisa realizada nos Estados Unidos indica que, 83% dos suicídios cometidos por policiais, no ano de 2012, tiveram como principal fator desencadeante problemas pessoais e de relacionamento²⁵. Evidenciando a questão de que alguns acontecimentos da vida como, divórcios, término de relacionamentos, demissões, entre outros, podem desencadear um comportamento suicida²⁶.

Apesar dos fatos, pouco se reflete sobre o sofrimento psíquico ocasionado pela atuação diária desses profissionais⁹. A ideia que se têm dos policiais militares como sendo um “homem de ferro”, o qual deve permanecer presente nos momentos em que todos os demais fogem, contribui de forma extrema para a cobrança de postura e dificulta o direcionamento de um olhar empático para estes indivíduos, os quais deixam de ser vistos, até por si mesmos como seres humanos dotados de vulnerabilidade⁹. Nesse sentido, faz-se extremamente necessário o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento direcionados ao atendimento desta população⁹.

1. PREVENÇÃO E TRATAMENTO

Quando se aborda a temática da prevenção institucional deve-se considerar que esta é composta por três níveis, sendo estes, prevenção primária, secundária e terciária^{4,27}. A prevenção primária, também denominada prevenção universal, destina-se a população geral da organização, ou seja, este nível de prevenção relaciona-se a ações de conscientização acerca da problemática, de estratégias para identifica-la e maneja-la da melhor forma possível, entre outras^{4,27}. Já no que diz respeito à prevenção em nível secundário, está já encontra-se direcionada a grupos específicos, de baixo, médio ou alto risco de cometer suicídio, ou seja, já existe a identificação dos possíveis grupos de risco e a intervenção conta com estratégias específicas direcionadas a essa população^{4,27}. A prevenção terciária, por sua vez, destina-se a pessoas que já tentaram suicídio alguma vez e intervém no intuito de impedir que essas pessoas voltem a vivenciar tal experiência^{4,27}. É importante ressaltar que indivíduos que apresentam ideação ou intenção suicida, tendem a apresentar alguns sinais tais como, a preocupação excessiva com a morte, senso de isolamento, pouco convívio com familiares e amigos, distração e falta de senso de humor, distância emocional das pessoas, parecendo viver em seu próprio mundo, o foco no passado, pensamentos de que mundo seria melhor sem ele e o predomínio da falta de esperança²⁶. Nesse sentido, a prevenção institucional com policiais militares deve ser realizada por meio de ações de sensibilização e capacitação dos atores principais²⁶.

Devido ao fato de a Polícia Militar constituir-se em uma organização baseada na disciplina e hierarquia, faz-se essencial o investimento na capacitação e sensibilização dos atores responsáveis pela gestão de setores estratégicos da corporação²⁷. Contudo, tais ações exigem mudanças tanto de comportamentos, quanto de percepções influenciadas por uma cultura organizacional marcada por preconceitos e estigmatização do paciente com doença mental, fazendo com que os resultados desse tipo de ação preventiva sejam lentos²⁷.

A prevenção institucional voltada a Polícia Militar deve ter por objetivo, então, a sensibilização de gestores e/ou comandantes para que estes possam estar capacitados para intervir de forma assertiva quando necessário^{4,27}. Para tanto, são realizadas capacitações e esclarecimentos a respeito do suicídio, bem como, dos transtornos mentais, as quais devem ser acompanhadas de mudança comportamental e da superação de preconceitos e estigmas^{4,27}.

No entanto, programas e ações que visem à prevenção e o tratamento dos sofrimentos psíquicos que acometem essa população, ainda são muito escassos no país⁴. Conforme mencionado ao longo do artigo, identificou-se o Programa de Prevenção e Manifestações Suicidas (PPMS), na capital do Estado de São Paulo, o qual, após sua implantação, contribuiu significativamente para a redução dos índices de suicídio entre policiais militares da cidade²². Contudo, tais programas e ações ainda constituem-se como estratégias isoladas no país, evidenciando a relevância de pesquisas acerca da temática, bem como, de programas e políticas públicas que destinem-se ao atendimento da demanda dessa população.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar, a partir de revisão bibliográfica, quais os principais sofrimentos psíquicos ocasionados em policiais militares em decorrência de sua profissão. Evidenciou-se que os policiais militares constituem-se em uma população mais vulnerável e suscetível a apresentação dos mais variados sofrimentos psíquicos, se comparados ao restante da população, visto que sua atuação diária exige alto grau de disciplina, estando expostos a um cenário de constante risco, pressão, tensão e cobrança institucional.

As principais questões de sofrimento psíquico ocasionados a policiais militares em decorrência de sua profissão elencados com maior frequência pela literatura foram, estresse, distúrbios do sono, Depressão, Transtornos de Ansiedade, Transtorno de Humor Bipolar, Transtorno de Estresse Pós-Traumático e o uso de álcool e outras drogas, bem como, o uso desregrado de medicamentos controlados, os quais podem culminar no suicídio^{6,20}.

Deve-se considerar que a própria natureza do trabalho do policial militar, pode conduzi-lo para o afastamento progressivo da sociedade, bem como, de seus familiares e amigos, visto que, executar o papel de policial exige dele certa despersonalização, enquanto todas as outras relações interpessoais o exigem o contrário²⁸. Por conta disso, após anos exercendo a profissão, o policial tende a levar tal despersonalização para suas relações familiares e pessoais²⁸.

O policial tende a estabelecer uma separação entre ele e a sociedade, limitando suas interações com pessoas que não sejam de sua corporação, por julgar que apenas outro policial pode compreender os problemas e vivências que enfrentam no exercício diário de sua profissão²⁸. Tal postura pode vir a interferir e acarretar consequências negativas para a vida desse profissional²⁸.

Se por um lado tem-se uma instituição rígida, hierárquica, que cobra e exige de seus profissionais, disciplina e certa imparcialidade, do outro lado, tem-se uma sociedade que muitas vezes enxerga tais profissionais como corruptos, despreparados, desprovidos de sentimentos, conseqüentemente, tratando-os com hostilidade e reforçando seu comportamento de isolamento social. Contudo faz-se de extrema relevância considerar que por trás de tudo isso, tem-se um ser humano, dotado de subjetividade, com questões e demandas ímpares e que na grande maioria das vezes encontra-se em sofrimento.

Nesse sentido, faz-se extremamente necessário o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento direcionados a esta população, bem como o desenvolvimento de pesquisas que debrucem-se a desmistificar a imagem social que se construiu do policial militar, ao longo da história, com vistas a conscientizar a população como um todo para o desenvolvimento de um olhar empático e humanizado direcionado a esses profissionais, bem como, para a melhoria da qualidade de vida dos policiais militares.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Silveira LC, Feitosa RMM, Palácio PDB. A escuta do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho: contribuições da psicanálise para o cuidado em saúde. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 2014; 20(1): 19-33. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2014v20n1p19/7144>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
2. Nicolau, A. A. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais.FGR em revista, Belo Horizonte, 2009; 3(4): 45-57. Disponível em: <http://www.fgr.org.br/2008/revistas/revista_4edicao.pdf#page=45>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
3. Dantas MA, Brito DVC, Rodrigues PB, Maciente TS. Avaliação de estresse em policiais militares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2010; 12 (3): 66-77. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2092>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
4. Silva BCR. Suicídio na Polícia Militar do Paraná no período de 2013 a 2016: estudo sobre os fatores de risco na profissão Policial Militar. Paraná: Academia Policial Militar do Guatupê, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso em Formação de Oficiais Policiais Militares.
5. Spode CB, Merlo ARC. Trabalho policial e saúde mental: Uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005; 19(3): 362-370. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v19n3/a04v19n3.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
6. Fontana RT, Mattos GD. Vivendo entre a segurança e o risco: Implicações à saúde do policial militar. *Cienc. Cuid. Saúde*. 2016; 15 (1): 77-84. Disponível em:<file:///C:/Users/Costarte/Downloads/Vivendo_entre_a_seguranca_e_o_risco_o_implicacoes_a_.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
7. Minayo MCS, Assis SG, Oliveira RVC. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 2011; 16(4): 2199-2209. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232011000400019&script=sci_arttext&tlng=en>. Disponível em: 02 de nov. de 2018.
8. Faria DGR. Aspectos teóricos dos campos de estudo sobre segurança pública. 2008. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/758>>. Acesso em: 02 de Nov. de 2018.
9. Machado JM, Rocha GVM. Stress no trabalho policial: uma análise das estratégias de enfrentamento. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, nº 51, 2015; 171-190. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Giovana_Rocha/publication/319782973_Stress_no_trabalho_policial_uma_analise_das_estrategias_de_enfrentamento/links/59bc4b9ea6fdcca8e5624d2e/Stress-no-trabalho-policial-uma-analise-das-estrategias-de-enfrentamento.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
10. Freud, S. Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In Freud S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Salomão J, tradutor, 1996; 26: 397-417. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1976).
11. Vieira SRS. Sofrimento psíquico e trabalho. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 2014; 17(1): 114-124. Disponível em:

- <<http://www.redalyc.org/html/2330/233030659009/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
12. Brant LCB, Minayo-Gomez C. Dispositivos de transformação do sofrimento em adoecimento numa empresa. *Psicologia em Estudo*, 2007; 12(3): 465-473. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n3/v12n3a03>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 13. Silva MB, Vieira SB. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde Soc. São Paulo*, 2008; 17(4): 161-170. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S010412902008000400016&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 14. Freitas MFQ, Peres MRS, Filho VG. Dimensões da prática cotidiana e (des) humanização do policial militar. *Psic. da Ed., São Paulo*, 2015; 41(2): 51-64. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141469752015000200004&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 15. Gunther HCS. O estresse ocupacional, sob a perspectiva de integrantes de um Batalhão de Polícia Militar em Barra do Garças - MT. Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração.
 16. Bengochea JLP, Guimarães LB, Gomes ML, Abreu SR. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 2016; 18(1): 119-131. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392004000100015&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 17. Bail CR, Glauco AO. Síndrome de Burnout: suas percepções no 20º Batalhão de Polícia Militar. Paraná: Academia Policial Militar do Guatupê,
 18. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Formação de Oficiais Policiais Militares.
 19. Carvalho SCA, Carvalho ALA, Lucena SC, Coelho JPS, Araújo TPB. Associação entre bruxismo e estresse em policiais militares. *Rev. odonto ciênc.* 2008; 23(2): 125-129. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fo/article/viewFile/2436/3025>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 20. Costa M, Junior HA, Oliveira J, Maia E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Rev Panam Salud Publica*, 2007; 21(4): pp. 217-22. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S102049892007000300004&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 21. Cancheski J, Costa FBC, Ferrante FG, Fronza JL. Prevenção da ideação suicida em profissionais na área da segurança pública. *Anais do XI Evinci – Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil*. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Costarte/Downloads/1301-7457-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 22. Miranda D, Guimarães T. O suicídio policial: O que sabemos? *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 2016; 9(1): 1-18. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7680>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
 23. Fundação Getúlio Vargas. Relatório de pesquisa: Sofrimento Psíquico do Soldado da PM. São Paulo. FGV. 2007; 1-155. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13395/o_sofrimento_psiquico_do_soldado_da_pm_-_seiji_-_final.pdf>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

24. Miranda DA. Risco ocupacional: A condição do policial militar do Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa sobre Suicídio, CNPq, 2012.
25. Silva MA, Bueno HPV. O suicídio entre policias militares na Policia Militar do Paraná. Revista de ciências policiais da apmg São José dos Pinhais, 2017; 1(1): 5-23. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/APMG/01_O_suicidio_entre_policias_militares_na_policia_militar_do_Parana.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.
26. Kulbarsh P. 2015 police suicide statistics. Officer.com, 2016 [Internet]. Disponível em: <<https://www.officer.com/training-careers/article/12156622/2015-police-suicide-statistics>>. Acesso em: 02 nov. de 2018.
27. Soreff S. Suicide. Medscape, 2016 [internet]. Disponível em: <<https://emedicine.medscape.com/article/2013085-overview>>. Acesso em: 02 de Nov. de 2018.
28. Miranda D. Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.
29. Santos SMSFM. Suicídio nas forças policiais: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ. (Dissertação de Mestrado). Portugal: Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <<://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7151/4/TeseSusanaFerreira2.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.